

OS CRIMES DE CORRUPÇÃO DE PREFEITOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA



GT1: Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados

Giovana Lima Michelin¹
Luciano da Ros²

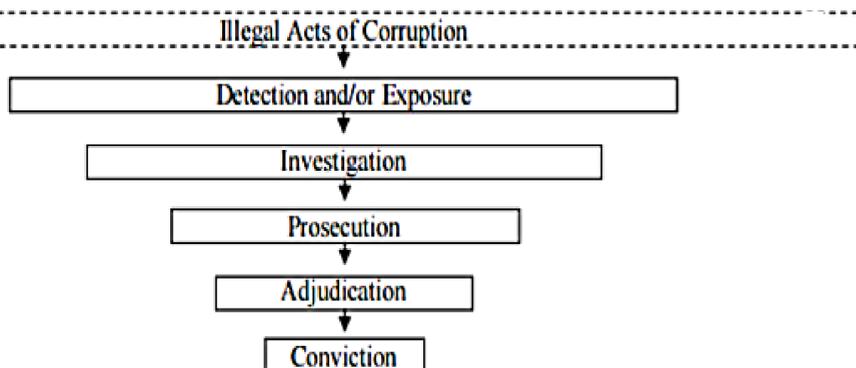
¹Autora: Acadêmica de Políticas Públicas |UFRGS| Bolsista de Iniciação Científica

²Orientador: Prof. Dr. no Departamento de Ciência Política |UFRGS

INTRODUÇÃO

A corrupção pode ser conceituada como o abuso de poder de agentes públicos para fins privados. Consiste, basicamente, no uso ilegal do poder político, administrativo e judicial que os titulares de cargos públicos possuem para transferir valores ou outros tipos de benefícios e vantagens indevidos para determinados sujeitos ou grupos, a fim de obter vantagens ilícitas. As práticas corruptivas, além de gerar descrenças nas instituições públicas, arruinam a boa governança e os fundamentos da própria democracia. Dessa forma, a relevância da pesquisa se mostra na necessidade de enfrentamento da corrupção dentro do processo de *accountability legal* que trata da investigação, persecução e punição dos agentes públicos por condutas que não se adequam aos padrões legais. Ademais, uma punição rotineira, imparcial e oportuna é instrumental para reduzir a corrupção.

Figura 1: A "pirâmide invertida" do processo de *accountability legal*



Fonte: DA ROS, 2016.

OBJETIVOS

O objetivo principal é verificar os fatores preditivos das condenações por corrupção de prefeitos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Foi o estado escolhido, pois, além de possuir o maior número de municípios do país, possui um histórico de tentativas frustradas de criação de uma câmara especializada pelo TJMG para tratar especificamente dos crimes cometidos por prefeitos. Essa criação foi barrada por várias vezes em decorrência de alguns constrangimentos endógenos. Em 2000 o Ministério Público mineiro estabeleceu uma divisão especializada para tais crimes, porém, auditores e juízes não seguiram a mobilização dos promotores, de modo que os crimes dos prefeitos são decididos divergentemente por cada câmara. As principais hipóteses construídas buscam verificar em que medida a condenação de prefeitos é impactada por fatores relacionados ao perfil do réu, as características do ambiente político local e a organização do sistema de justiça criminal.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em um banco de dados, ainda em desenvolvimento, das ações penais contra as autoridades municipais de Minas Gerais desde o ano 2000 até 2018. Posteriormente, será utilizado o *software* IBM SPSS para realizar a análise quantitativa dos dados a fim de testar as hipóteses formuladas.

RESULTADOS

Preliminarmente, foi realizado um levantamento estatístico a respeito das características do estado, como o número de municípios, população, PIB, PIB per capita, IDH e o nível de confiança pública no judiciário. Em seguida, foram analisadas as características do sistema de justiça, verificando o número de juízes, promotores, auditores, comarcas, carga de trabalho por juiz/promotor, a existência de varas especializadas, bem como o percentual do orçamento público destinado a cada órgão.

Figura 2: Estatísticas descritiva do sistema judicial de Minas Gerais

	Minas Gerais
<i>Judiciary</i>	
Percent of state budget	5.54
District judgeships (<i>comarcas</i>)	296
District judges (<i>juizes de direito</i>)	755
Appellate judges (<i>desembargadores</i>)	123
Workload year per district judge	5,023
Workload year per appellate judge	3,127
Specialized panel on crimes of mayors	No
<i>Public Prosecution Office</i>	
Percent of state budget	1.85
Prosecutors (<i>promotores de justiça</i>)	813
Prosecutors before courts of appeals	114
Specialized division on crimes of mayors	Yes, 2000-present
<i>Auditing Agency</i>	
Percent of state budget	0.77
<i>In loco</i> audits per administrative unit	0.14
Regional offices	No

Fonte: Produção própria.

REFERÊNCIAS

- CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 14, Brasília, 2014, p. 255-295.
- DA ROS, Luciano. Legal Accountability Regimes and Judicial Responses to Corruption in Three Brazilian State. In: XXXIV International Congress of the Latin American Studies Association. New York: LASA Papers, 2016.
- O'DONNELL, Guillermo. Horizontal Accountability in New Democracies. *Journal of Democracy*, v. 9, n. 3, 1998.
- PHILIP, Mark. Defining Political Corruption. *Political Studies*, v. 45, n. 3, 1997.